
Coronelismo Eletrônico nas TVs educativas em Minas Gerais¹

Alexandre Rodrigues ALVES²

Letícia SALVIANO³

Janaina Visibeli BARROS⁴

Universidade do Estado de Minas Gerais, Divinópolis, MG

RESUMO

A busca pela democratização do jornalismo e da informação no Brasil é repleta de lutas e dificuldades para que ela aconteça de fato. O uso da mídia como representação de uma ideia ou representação da visão dos donos dos meios de comunicação é ainda muito difundido no Brasil, ainda que essa realidade não seja totalmente vista ou esclarecida para o público, que não conhece os bastidores do sistema de concessões nas telecomunicações brasileiras. Pensando nisso o presente artigo trata do projeto realizado para analisar as concessões de TVs educativas no estado de Minas Gerais, especialmente na região Centro Oeste do estado, e busca observar como a influência política e familiar no comando das emissoras educativas atuantes no estado pode ajudar na manutenção de um discurso hegemônico na comunicação.

PALAVRAS-CHAVE: Mídia, poder, política, interior, Minas Gerais.

Introdução

Coronelismo eletrônico é um termo que geralmente é utilizado para designar a utilização política de estações de rádio e TV que são controladas por e para grupos políticos familiares e elites políticas locais exercerem seu poder de influência sobre a região que detém controle eleitoral. Por se tratar de um fenômeno no qual o bem público, as outorgas de radiodifusão são utilizadas na defesa de interesses privados, não é fácil levantar informações sobre concessões e os proprietários das fundações que mantém as outorgas. O que impede a transparência nas relações existentes entre os

¹ Trabalho apresentado na IJ07 - Comunicação, Espaço e Cidadania do XXIII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste, realizado de 7 a 9 de junho de 2018.

² Aluno do Curso de Comunicação Social, com habilitação em Jornalismo na UEMG Divinópolis. Bolsista da FAPEMIG, EDITAL 07/2016 - PIBIC / UEMG / FAPEMIG. Participante do Grupo de Estudos das Poéticas do Cotidiano – EPCO/UEMG. Participante do projeto de pesquisa “Coronelismo eletrônico: mídia, poder e política no cenário mineiro”. alexroal@gmail.com

³ Estudante de Comunicação Social- Publicidade e Propaganda na Universidade do Estado de Minas Gerais, unidade Divinópolis. Bolsista do PAPq, EDITAL 03/2017- PIBIC/ UEMG/ PAPq. Participante do Grupo de Estudos das Poéticas do Cotidiano – EPCO/UEMG. Participante do projeto de pesquisa “Coronelismo eletrônico: mídia, poder e política no cenário mineiro”. leticiasalviano98@gmail.com

⁴ Professora dos cursos de Comunicação Social – Publicidade e Jornalismo – da Universidade do Estado de Minas Gerais - UEMG, unidade acadêmica de Divinópolis. Doutoranda e Mestre em Ciências da Comunicação pela Escola de Comunicações e Artes da USP – ECA/USP; coordenadora do Grupo de Estudos das Poéticas do Cotidiano – EPCO/UEMG – e Membro do Centro de Pesquisa em Comunicação e Trabalho CPCT/USP. Coordenadora e orientadora do projeto de pesquisa “Coronelismo eletrônico: mídia, poder e política no cenário mineiro”. Janaina.barros@uemg.br

políticos e as fundações que controlam as outorgas de radiodifusão no país. O estado de Minas Gerais é o Estado que detém o maior número de concessões de radiodifusão comunitária do país e muitas Fundações mantenedoras são na verdade Fundações de fachada, porque apesar das outorgas terem fins comunitários, as Fundações têm como diretores atores políticos e detentores de radiodifusão comercial. Partindo dessa premissa, desde março de 2017 tem sido realizada na Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG – na unidade de Divinópolis, a pesquisa intitulada “Coronelismo eletrônico: mídia, poder e política no cenário mineiro” que busca mapear as Fundações detentoras de outorgas para TVs Educativas que atuam no Estado a fim de verificar *se e em que medida* o controle dos meios de produção da comunicação se relacionam com o poder político e econômico regional. O presente texto trata dos resultados da primeira etapa da pesquisa, que teve fomento da Fundação de Amparo a Pesquisa de Minas Gerais – FAPEMIG – e do Programa de Pesquisa da UEMG – PAPq – para duas bolsas de iniciação científica.

1. O Conceito de Coronelismo

O uso da expressão Coronelismo se deu a partir do livro “Coronelismo, Enxada e Voto” de Vitor Nunes Leal, de 1948. Segundo Leal, o Coronel era o chefe político local e recebia essa designação como oficial da Guarda Nacional, criada ainda no século XIX. Mas mesmo depois de extinta a Guarda Nacional⁵, o *status* de “coronel” se manteve como um valor cultural que designava os chefes políticos locais. Para o autor, o fenômeno do “coronelismo” se dava pela força da política municipal dos principais coronéis e donos de terra que tinham o voto como moeda de troca. É preciso ressaltar que essa visão era ligada ao Brasil pré-industrial, fundamentalmente até os anos 40. A força dos fazendeiros possuidores de grandes quantidades de propriedades era ainda mais evidente naquela época. Para Leal (1948, p. 20), “o coronelismo era o resultado da superposição de formas desenvolvidas do regime representativo a uma estrutura econômica e social inadequada”. A superposição citada vem do encontro e do conluio

⁵ Segundo Basílio de Magalhães a Guarda Nacional Brasileira foi criada em 1830 pelos liberais do Império e foi auxiliar ao exército brasileiro nas guerras estrangeiras nos anos 1851 a 1852 e 1864 a 1870. Em cada município havia um posto de guarda e a patente de “coronel” era dada ao chefe local da comuna. Este e outros oficiais, assim que eram nomeados, segundo Basílio de Magalhães (1948, p. 290) tratavam de “obter as patentes, pagando-lhes os emolumentos e averbações, pudessem produzir os efeitos legais”. Nessa medida, “os homens ricos, ostentando vaidosamente os seus bens de fortuna, gastando os rendimentos em diversões lícitas e ilícitas – foram tais “coronéis” os que deram ensejo ao significado especial que tão logo elevado posto militar assumiu designado demopsicologicamente ‘o indivíduo que paga as despesas’” (op. cit. p. 291)

do poder privado com o poder público. Nessa medida, para Leal (op. cit) o coronelismo é, “sobretudo um compromisso, uma troca de proveitos entre o poder público, progressivamente fortalecido, e a decadente influência social dos chefes locais, notadamente os senhores de terras”.

A definição de Leal em seu livro de 1948 tem sua amplitude ao observar que o coronelismo não é só ligado à terra pois, quando ele diz "notadamente" ele dá a importância devida ao dono de terras, mas dá a visão que o poder local do "coronel" não é apenas de um fazendeiro. É importante ressaltar que, desde a proclamação da República, o modo de produção prioritário no Brasil predominantemente rural era a agricultura. Por isso a importância dos donos de terra, os que detinham os modos de produção. Mas o comando político e de influência é visto de diversas formas, desde o compadrio entre o empresariado e os políticos e o poder que emana dessa associação, que se manteve na política nacional com o passar dos anos. É preciso lembrar também que Leal esperava que, com a abertura dos municípios – criação de estradas, chegada do rádio – poderia haver uma mudança na relação social existente entre as populações locais e estas lideranças. Porém, com a ampliação da oferta de mídias, não foi o que ocorreu de fato.

Além disso, é visível que a força local não é suficiente por si só para que os padrões de controle de pensamento, instrumentalizados a partir do coronelismo, sejam postos em prática dentro da sociedade. A falta de arregimentação apenas local, no sentido de ela é que faz também com que exista a possibilidade de união e junção de forças entre o poder local e o poder central do país, formando-se assim o conluio político que costura o coronelismo no Brasil. Ainda segundo Leal (1948, p. 23), "qualquer que seja, entretanto, o chefe municipal, o elemento primário desse tipo de liderança é o ‘coronel’, que comanda discricionariamente um lote considerável de votos de cabresto”. Isso no sentido de observar que fosse o dono de terra, ou mesmo o “doutor” diplomado, bacharel, o que importava era o comando do lote de votos.

A troca de favores é a base entre os atores da relação que se dá entre o líder local e líderes políticos nas instâncias do Estado, pois, se o municipalismo se enfraquece, ele tem a mobilização local que faz ele se manter com as lideranças representativas, que se

sustentam à base de apoio estadual e federal. O Estado e a União contribuem com apoio e fundos para os candidatos alinhados com o discurso governista. “Tudo isso se inclui na categoria do ‘bem’ que os chefes podem praticar, quando dispõem do governo municipal e estão alinhados com o governo federal” (LEAL, 1948, p. 47). O mesmo autor, porém, durante seu texto, se mostra esperançoso com a industrialização crescente do país e com a possibilidade de desenvolvimento maior das mídias no território nacional como um todo, que começavam a se expandir naquele momento. Mas essa esperança acabou não se concretizando com a abertura dos sistemas de comunicação e o processo de industrialização do país.

2. O estudo sobre a distribuição dos meios de comunicação de massa a partir do conceito de Coronelismo

A tradição do estudo sobre o fenômeno do Coronelismo iniciados por Victor Nunes Leal ainda hoje têm colaborado para compreender as relações de poder no Brasil. Com o desenvolvimento da sociedade industrial, novos meios de produção foram desenvolvidos, dentre eles os meios de produção da comunicação de massa, que na sociedade urbana contemporânea cumprem um importante papel na formação da opinião pública.

Segundo o sociólogo John B. Thompson, em seu livro *Ideologia e Cultura de Massa*, “do mesmo modo que acontece em outros setores das sociedades industriais ocidentais, os meios de produção nas indústrias da mídia se concentraram sempre mais nas mãos de um relativamente pequeno número de grandes corporações” (THOMPSON, 2001, p.254). O desenvolvimento de uma forma mais moderna de disseminação do pensamento conservador e vindo dos donos dos meios de comunicação dentro da chamada opinião pública e a sua influência através das mídias e sua força acaba por se tornar mais presente dentro da sociedade que vinha se tornando mais urbana no Brasil pós-1930.

Durante o época da ditadura militar no Brasil (1964-1985) foi promulgado o Código Brasileiro de Telecomunicação (CBT), que havia sido criado em 1962. Nele foram definidas as primeiras regras para outorgas e instalação de emissoras. O CBT, em geral, buscava facilitar ao máximo a ocupação de todas as frequências disponíveis e abria com

isso um flanco para a expansão do setor privado, sem grandes garantias ao interesse público. Em 1979, já no último governo da ditadura, ao apresentar as diretrizes para a radiodifusão no país, o presidente João Figueiredo reforçou ainda mais o caráter privatista do serviço, determinando que a radiodifusão é uma atividade eminentemente privada, que o papel do Estado é “meramente supletivo” e que a concessão de canais de radiodifusão deve levar em conta, além dos critérios técnicos e legais, a viabilidade econômico-financeira dos empreendimentos.

Para fins de conhecimento este “coronelismo” midiático pode ser definido como

“o sistema de organização da recente estrutura brasileira de comunicações, baseado no compromisso recíproco entre poder nacional e poder local, configurando uma complexa rede de influências entre o poder público e o poder privado dos chefes locais, proprietários de meios de comunicação”⁶

Percebe-se então uma configuração sempre presente entre o poder privado, ancorado com o poder financeiro, e o poder público, numa gestão normalmente indevida e que faz com que a relação entre os entes seja repleta de interesses. Sendo assim o coronelismo não é algo imutável, mas mantém raízes antigas dos modos de exercício do poder que estão presentes no país até hoje. Segundo Janaine Alves e Suzy dos Santos, o coronelismo apresenta seus enunciados hereditários que seriam ligados a circunscrição a um momento de transição do sistema político nacional. Também as relações clientelistas com alto grau de reciprocidade continuam determinando o direcionamento das políticas sobre as telecomunicações no Brasil, de forma dramática, causando assim a debilidade da distinção entre interesses públicos e privados. O coronelismo, portanto, seria uma categorização semântica que não explica todo o processo de controle dos meios de comunicação no país, mas ajuda a entender o que acontece.

Em seu texto Suzy dos Santos estabelece enunciados herdados do coronelismo e que fazem a construção do conceito atual de coronelismo eletrônico. Eles seriam:

“a circunscrição a um momento de transição do sistema político nacional, as relações clientelistas com alto grau de reciprocidade, a debilidade da distinção entre interesses público e privado, o controle dos meios de produção baseado no poder político em detrimento do poder econômico e o isolamento da municipalidade”. (ALVES, SANTOS, 2017, p.40).

⁶SANTOS, Susy dos. **E-sucupira: o coronelismo eletrônico como herança do coronelismo nas comunicações brasileiras**. Revista da Associação Nacional de Pós-graduação em Comunicação, dez. 2006. Disponível em: <http://www.fndc.org.br/arquivos/ecompos07_dezembro2006_suzydossantos.pdf>. p.3. Acesso em: 7 mar. 2017

Na visão da autora é possível perceber que o comando municipal apenas não é mais tão suficiente quanto era antes da formação de redes nacionais de TV nos anos 60. A articulação com o poder estadual e federal é importante para a manutenção do poder local. O ponto de reciprocidade entre as relações políticas clientelistas é autoexplicativo. Já o enfraquecimento das instituições através do uso de interesses privados na esfera pública é latente e faz com que o Estado não seja propriamente público e sim sirva para o interesse de alguns poucos abastados.

Por sua vez o controle dos meios de comunicação se dá a partir da vitória do discurso de quem possui os meios de imprensa e sua imposição com o bloqueio criado a discursos contestadores e contra hegemônicos. Esse bloqueio faz com que determinados temas ganhem visibilidade e outros não, ou que sejam narrados em relação um determinado ponto de vista e outros não, o que dificulta o acesso a diversidade e conforma a opinião pública. Assim sendo, quem possui os meios e quem possui a máquina que reverbera o que se quer transmitir (no caso as mídias tradicionais), têm a vantagem de poder falar para mais e mais pessoas e fazer valer sua visão de mundo. O chamado isolamento da municipalidade passa pela consciência do fato de que “não é o coronel que é eletrônico, mas o coronelismo” (ALVES, SANTOS, 2017, p.48). Ou seja, não é o fato de existir uma cultura local que faz com que o controle do pensamento através da mídia aconteça e sim a ideia de propriedade - e o uso dela – é o que faz com que a situação permaneça, mas com este novo tipo de controle.

A partir dessa observação fica latente a necessidade de se pesquisar a respeito das relações entre as TVs e fundações que as controlam e a ligação delas com entes políticos no Brasil.

3. As possibilidades de pesquisas sobre o coronelismo eletrônico no país

A pesquisa, feita para descobrir as relações entre os donos das propriedades e empresas de comunicação e as TVs educativas no estado de Minas Gérias, é árdua e com várias dificuldades para se achar os dados relativos à essas conexões. Mas essa situação não é nova. Apesar das dificuldades para o mapeamento e pesquisa do “coronelismo eletrônico” no país, vários autores têm se debruçado por desvelar o fenômeno. Como,

por exemplo, as pesquisas realizadas por Daniel Herz, publicadas em 2012 no blog “Os Donos da Mídia”, que desde 2016 está fora do ar, que apresentavam dados sobre os grupos de mídia no país, os políticos detentores de outorgas e informações de distribuição dos radiodifusores com políticos donos de mídia por Estado.

No caso específico de Minas Gerais, Susy dos Santos e Luiz Felipe Stevanim, que estudaram os políticos donos de mídia no Estado, observam que a tradição patrimonialista mineira vem desde a época do Brasil Colônia e mesmo com vários setores avançados da economia, o estado, ainda hoje, mantém esta tradição. Para os autores, o patrimonialismo das famílias locais ainda determina muito deste poder e, principalmente, fortalece a ligação (e mesmo a confusão deliberada) entre o que é público e o que é privado. “As figuras mineiras com atuação no cenário nacional deixaram de ser exclusivamente homens ligados à terra, para desenvolver uma complexa rede de negócios, não raro com subsídio público” (STEVANIM, SANTOS, 2013, p. 95-96). Exemplos desse domínio regional, como os das famílias Andrada em Barbacena, Coelho em Ubá e os Neves em São João del Rei, por Santos e Stevanim (2013) mostram que a influência político-econômica em seus territórios eleitorais se mantém em sintonia com o controle midiático local, pois ele, bem usado, ajuda na manutenção das famílias no poder. O uso das organizações midiáticas, especialmente radiodifusores, apresenta-se como um facilitador para que o político se mostre como alguém preocupado com sua região em detrimento a vozes contestadoras que não possuem acesso aos mesmos modos de distribuição de conteúdo dos chamados “coronéis”.

4. A pesquisa

O “coronelismo eletrônico” é um sistema de reciprocidade existente entre organizações detentoras de outorgas de radiodifusão no Brasil e representantes políticos das esferas federais, que utilizam das concessões de outorgas do setor como moeda de troca na manutenção de seus poderes nos locais onde atuam.

A pesquisa iniciada no começo de 2017 estuda organizações de TV Educativas no estado de Minas Gerais, com o intuito de problematizar as consequências do “coronelismo eletrônico” para o Estado democrático de direito.

As dificuldades encontradas pelos estudiosos do tema, faz com que se tenha poucos estudos em relação as Fundações no país, o que torna oportuno a realização da pesquisa “Coronelismo Eletrônico: mídia, poder e política no cenário mineiro”, contando com dois bolsistas, vinculada as bolsas de fomento PAPq e FAPEMIG.

O objetivo da pesquisa foi realizar um levantamento sobre as organizações detentoras das concessões de TV Educativa no Estado de Minas Gerais, a fim de verificar *se e em que medida* o controle dos meios de produção da comunicação se relacionam com o poder político e econômico regional.

Os objetivos iniciais e específicos do trabalho eram:

- Realizar um levantamento das TVs Educativas atuantes no Estado de Minas Gerais;
- Conhecer as organizações que detém as outorgas das TVs Educativas no Estado de Minas Gerais;
- Observar se há grupos/conglomerados de mídias ligados as organizações que detém outorgas de TVE em Minas Gerais e se houver, mapeá-los;
- Levantar se há ligação de políticos de primeiro ou segundo escalão ligados as organizações detentoras das outorgas de TVEs em Minas Gerais;
- Construir um mapa de abrangência das TVEs em Minas Gerais.

Realizada com fundamento em pesquisa bibliográfica, levantamento das TVs Educativas atuantes no Estado de Minas Gerais por meio da lista do Ministério das Comunicações, publicadas em 2011 e a partir de “escavação de dados” na internet, mediante dois sites, o www.consultasocio.com e o www.empresasmg.com.

Levando em conta que o Estado de Minas Gerais segundo os dados do blog “Os donos da Mídia” (blog que está fora do ar desde 2016) e as pesquisas realizadas por Venício Lima (2011) e Susy dos Santos e Stevanim (2013), é o Estado com o maior número de outorgas concedidas para políticos e com mais outorgas de radiodifusão, podemos observar a diversidade de estilos de empresas de comunicação que são associadas às TVs educativas do estado.

O estudo também se interessa por conhecer as organizações que detém outorgas de TV Educativa no Estado, a fim de verificar se estas outorgas estão sob a tutela de organizações educativas e culturais sem fins lucrativos, como rege a Constituição, ou se se tratam de organizações de “fachada” que pertencem a grupos midiáticos e/ou políticos regionais que sustentam o coronelismo eletrônico. Além do levantamento, o cruzamento de dados foi feito para observar o território econômico de atuação dos dirigentes e conhecer o perímetro de atuação simbólico, político e econômico das organizações de mídia que detém outorgas de TVE no Estado.

O Estado de Minas Gerais, segundo dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), possui 853 municípios. No levantamento feito sobre as TVEs atuantes no Estado observa-se que 131 cidades possuem concessões para TV⁷ e RTV⁸ Educativa em seu território, destinadas a Associações ou Fundações.

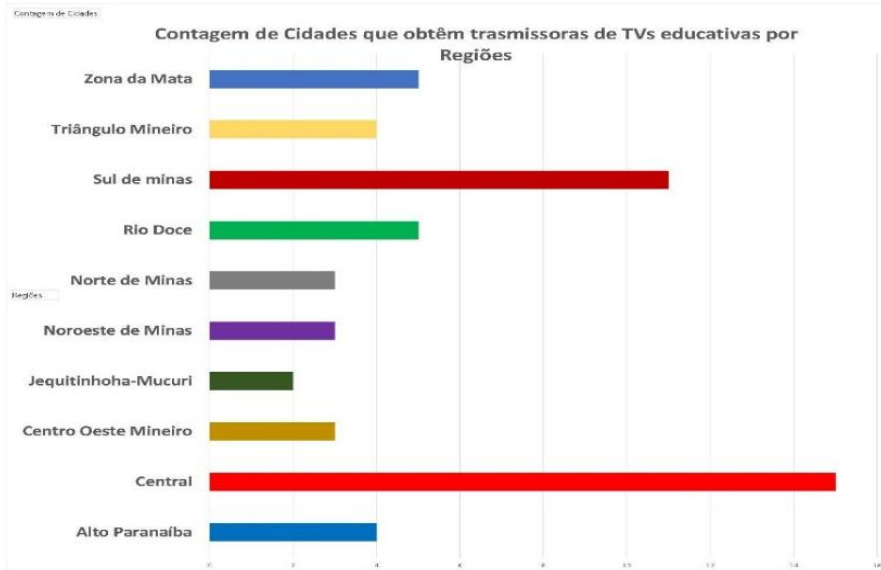
49 cidades possuem organizações com outorga para geração de conteúdo. Por exemplo, em Belo Horizonte e Governador Valadares existem duas concessões para TV destinadas a associações distintas. Poços de Caldas também tem duas concessões de TV, mas sob a tutela da mesma Fundação. Segundo o Decreto-Lei 236/1967 em seu Artigo 12, que estabelece limites para as concessões ou permissões de executar serviços de radiodifusão no território nacional, é permitido até duas concessões para TV aberta e estações radiodifusoras de som ondas médias e/ou frequência média por Estado.

Ao cruzar os dados da tabela com a lista de regiões de Minas, definida pelo IGTEC (Instituto de Geoinformação e Tecnologia), observamos que nas dez regiões do Estado há presença de concessões para TVs e RTV Educativas. O Sul de Minas e a Região Central⁹, que abrange também a região Metropolitana de Belo Horizonte, são as mais assíduas, como se observa no gráfico 1 a seguir.

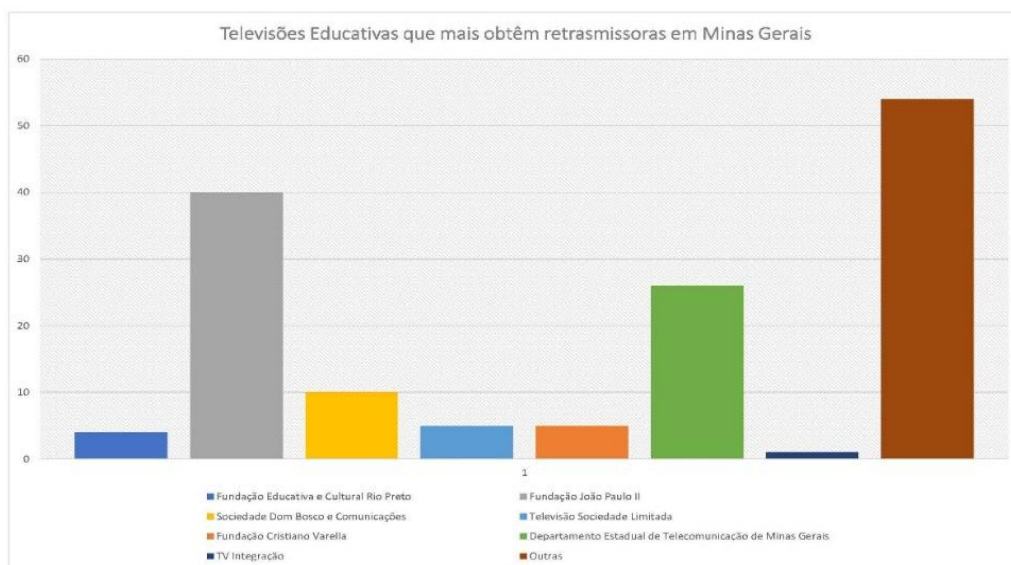
⁷ TV: Organizações de geração de conteúdo para TV.

⁸ RTV: retransmissão de conteúdo televisivo produzidos em outro município.

⁹ A Tabela do IGTEC apresenta apenas região Central, que se configura pela junção das regiões Metropolitana e Central, presente em outras listas de demarcação territorial do Estado. A opção feita pela tabela do IGTEC se deve ao fato do Instituto apresentar as listas de cidades que compõem cada região, nem sempre disponíveis em outras listas, e porque o planejamento do Estado de Minas Gerais para a gestão 2015-2019, que corresponde a época de realização da pesquisa, se orienta pela definição deste Instituto.



Mediante o que foi pesquisado, no Estado de Minas existem 134 concessões de RTVs. Os dados mostram a prevalência de algumas fundações, como a Fundação João Paulo II (ligada à Igreja Católica) que está presente em todo estado com 40 RTVs. Também chama a atenção o número de outorgas de RTV para o Departamento Estadual de Telecomunicações de Minas Gerais, que possui várias concessões na mesma cidade. No gráfico 2 é possível comparar a presença das Fundações com mais de uma concessão no Estado, nele foram consideradas as fundações que obtinham 4 ou mais concessões de RTV, como se vê a seguir:



Segundo artigo do jornalista Gabriel Priolli, a TV Educativa perdeu boa parte de sua função com o tempo. “A lei federal 8977, conhecida como Lei da TV a cabo, abriu espaço para novos tipos de televisão pública, de carregamento obrigatório pelas operadoras de cabodifusão: a TV comunitária, a legislativa, a universitária e a institucional. Surgiram, em consequência do dispositivo legal, emissoras como a TV Senado, TV Câmara, TV Justiça, NBR (emissora da Radiobrás, empresa pública federal), TVs Assembleia, TVs de Câmaras Municipais, canais universitários e canais comunitários.”¹⁰. Soma-se a isso o fato dela ter recursos diminuídos com o passar do tempo, principalmente a partir dos anos 90, com o enxugamento de muitas funções do Estado. “Os orçamentos minguaram a um ponto quase insustentável e a saída foi buscar dinheiro onde quer que ele esteja disponível. A tentação de recorrer ao mercado anunciante, dessa forma, foi irresistível. Com malabarismos jurídicos e boa dose de tolerância dos organismos de fiscalização, a TV educativa contornou as restrições legais e se abriu à publicidade comercial”¹¹

Sendo assim, foi possível observar que TVs se misturam no conceito de informar e como no decorrer do trabalho da pesquisa é que muitos dos dados são de difícil acesso. É complicado achar outras informações, além das áreas de busca em sites de consulta de sócios, sobre quem comanda as fundações que geram as TVs educativas. Em muitos casos podemos observar que os donos das emissoras são políticos ou possuem relações com políticos que fazem parte da tradição da localidade em questão. A força política local, portanto, encontra ressonância dentro de um processo comunicativo que têm nas TVs uma aliada forte para a propagação de um discurso e uma manutenção de controle social e a identificação com o político chega a ser clara, mesmo que ele não seja dono “escrito” da TV.

Atualmente no Estado de Minas Gerais encontramos 84 TVE`s que obtêm grupos de mídia, em grande maioria são TVE`s atreladas a alguma rádio comercial, podendo caracterizar as fundações de fachada teorizadas por Venício Lima (2011), 102 não foram encontrados nenhuma ligação a grupo de mídia por meio dos instrumentos utilizados. A pesquisa ainda em andamento busca etapa fazer o levantamento de

¹⁰ PRIOLLI, Gabriel. In Revista Cult. **A TV pública é importante?** Disponível em <<https://revistacult.uol.com.br/home/a-tv-publica-e-importante/>>. Acesso em 22/3/2018.

¹¹ Op.cit.

possíveis relações políticas, mais informações sobre as fundações e com o cruzamento de dados identificar os grupos político-econômicos que detém as outorgas.

5. Mapeamento das TVs Educativas no Estado de Minas Gerais- Região Centro Oeste

Encontramos três fundações no Centro Oeste mineiro sendo elas- Fundação educativa e cultural de integração do oeste de minas, Fundação Jaime Martins e Fundação educativa e cultural São Judas Tadeu em Formiga, Divinópolis e em Itaúna, respectivamente. Dentre elas duas constituem grupo de mídia.

Em Formiga a TV Oeste, nome fantasia da Fundação, cujos concessionários são Alessandro Resende Pieroni, Marcio Guilherme Gato de Castro e Jaime Ribeiro de Mendonca que detém as outorgas de seis rádios comerciais, sendo elas Rádio Educadora de Arcos, Rádio Regional de Santo Antônio do Amparo Ltda., Vida Fm Campo Belo - Moreira Comunicações Ltda., Rádio Alternativa e Comunicação de Passo, Radio Serra Negra Fm Ltda. e Radio Divinal Fm Ltda.

Divinópolis devido à falta de informações a respeito proprietário Diogo Andrade Vieira e escassez de dados em plataformas de consulta de empresas não foi encontrado a ligação com nenhum outro grupo de mídia, mas ao cruzar endereços e ao visitar o site¹² observa-se a ligação da TV Educativa o sistema MPA, constituído por Rádio Nova FM e Rádio 94 Live.

De acordo com Venício (2011) isso as caracterizam como “fundações de fachada”, pois constituem conglomerados de mídia, permitindo que elas monopolizem o mercado e façam vendas casadas, tendendo a não atender as demandas educativas e culturais da Fundação.

As três organizações encontradas têm relação com políticos, a Fundação educativa e cultural São Judas Tadeu, chamada também de TV Cidade, em Itaúna até 2011 tinha em seu quadro de sócios o político Gustavo Mitre, atualmente quem aparece nas listagens de donos de TVE é sua mulher, Natalia Corradi Drumond e Rodrigo Corradi Drumond

<http://www.sistemampa.com.br/>

Jardel Magalhaes Pereira. Gustavo foi candidato a deputado federal em 2014 e candidato a vice-prefeito em 2016, porém não ganhou em nenhuma das eleições, sendo filiado ao **Partido Humanista da Solidariedade**, hoje em dia exerce a função de chefe de gabinete, o que caracteriza como político de segundo escalão.

A Fundação Jaime Martins embora seja mais conhecida pelo nome fantasia TV Candidés, seu nome original já anuncia a ligação com o político Jaime Martins Filho, deputado federal, atualmente filiado ao Partido Social Democrático, mas já foi filiado ao Partido de Frente Liberal, eleito a primeira vez em 1983, está no seu quinto mandato.

Em formiga a Fundação educativa e cultural de integração do oeste de minas, cujo nome fantasia é TV Oeste tem o presidente Jaime Mendonça que entre 1988- 1991 foi prefeito da cidade, pelo Partido da Frente Liberal, ele tem seu próprio programa de entrevista na TV, o político entrevistas desde outros políticos até padres da região no programa intitulado Programa Jaime Mendonça na TV, já outro sócio Alessandro Resende Pieroni é irmão de Alvano Pieroni ex-vereador e ex-prefeito do município pelo Partido da Republica, o terceiro sócio Marcio Gato foi vereador entre 1989 e 1991 pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro.

Nota-se então algumas ligações entre os partidos, sendo o político presidente da fundação de Formiga afiliado ao mesmo partido que Jaime Martins era afiliado. Muitos destes políticos obtêm diversas propriedades que facilitam a prestação de serviço ao estado e as trocas de favores. Porém muitas do encontrado não se podem afirmar com clareza, pois há uma grande dificuldade de manipulação dos dados, por isso muitas vezes os pesquisadores têm que se conter com os rastros que notícias e meios informais deixam.

Conclusão

A grande semelhança com o papel que a concentração de terras tinha no passado no Brasil faz com que o coronelismo eletrônico que estamos vivendo agora (ainda que o conceito sofra certas discussões) tenha esse prenome, pois os novos “coronéis” ainda monopolizam as vias de dispersão da informação, agindo com grande influência, colocam interesses ideológicos acima dos interesses públicos e sociais.

A falta de democratização nas concessões de rádio e TV faz parte de um processo instalado no Congresso Nacional que, em conjunto com o Governo Federal, não mostram vontade de mudar este quadro. As renovações praticamente automáticas de outorgas, diversos procedimentos burocráticos, controversos, desatualizados, e a falta de fiscalização, relacionados as concessões, permitem que interesse privados disfarçados de interesse público, sejam negociados e efetivados.

Em Minas Gerais o alto número de municípios e a força política dos políticos no cenário nacional, com uma bancada parlamentar bastante influente, geram um alto número de concessões de rádio e TV que são criadas para atenderem estes interesses político-empresariais. As rádios e TVs educativas servem muitas vezes ao propósito de manter um domínio de pensamento nas localidades em que os deputados e senadores detêm o comando político. A ideia de uma TV para o serviço público muitas vezes é subvertida. A ideia da pesquisa e do mapeamento dessa situação faz com que seja possível analisar como se comporta e como é possível ter uma medida do que acontece dentro de um sistema que se perpetua, em relações entre os poderes públicos com o poder privado.

REFERÊNCIAS

AIRES, Janaine e SANTOS, Susy dos. **Sempre foi pela família: Mídia e políticas do Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad, 2017.

BARBOSA, Bia. In. Carta Capital. **O escárnio de Temer com as concessões de rádio e TV**. Disponível em: < <https://www.cartacapital.com.br/blogs/intervozes/o-escarnio-de-temer-com-as-concessoes-de-radio-e-tv>>. Acesso em 31/3/2017.

BARROS, Janaina Visibeli. O Monopólio da Fala. **Anais 6º Seminário “História e Memória do Centro Oeste Mineiro**. Universidade do Estado de Minas Gerais, Divinópolis, 30/11 a 02/12/2016. P. 1-17.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº4117 de 27 de Agosto de 1962. Lei de Telecomunicações**. Legislação Federal. Sítio eletrônico internet. planalto.gov.br. Acesso em 24/3/2017

_____. **MEDIDA PROVISÓRIA Nº 747, de 30 de setembro de 2016. Altera a Leiº 5.785, de 23 de junho de 1972, para dispor sobre o processo de renovação do prazo das concessões e permissões dos serviços de radiodifusão**. Brasília, 2016. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/mpv/mpv747.htm. Acessado em 20 de novembro de 2016.

BRASIL. **Ministério da Casa Civil. Decreto Nº 2.108, de 24 de dezembro** de 1996. Legislação Federal. Sítio eletrônico internet. planalto.gov.br. Acesso em 31/3/2017.

FARIA, Glauco. In. Observatório do Direito à Comunicação. **Sistema de concessões perpetua oligopólio na radiodifusão**. Disponível em: <http://www.intervozes.org.br/direitoacomunicacao/?p=19310>. Acessado em 10/04/2018.

FILHO, Laurindo Leal. In. Revista USP. **Quarenta anos depois, a TV brasileira ainda guarda as marcas da ditadura**. São Paulo, n.61, março/maio 2004.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1948.

LIMA, Venício Arthur de. **Regulação das comunicações: história, poder e direitos**. São Paulo: Paulus, 2011.

LOBATO, Elvira. In. Folha de São Paulo. **Aliado de ex-ministro ganha concessão**. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/po2112201009.htm>>. Acesso em 31/3/2017.

LOBATO, Elvira. In. Folha de São Paulo. **FHC distribui rádios e TVs educativas para políticos**. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc2508200202.htm>. Acesso em 31/3/2017.

MAGALHÃES, Basílio de. Notas. In: VITOR, Nunes Leal. **Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1948. p. 289- 291.

PRIOLLI, Gabriel. In Revista Cult. **A TV pública é importante?** Disponível em <http://revistacult.uol.com.br/home/a-tv-publica-e-importante/>. Acesso em 22/3/2018.

SANTOS, Susy dos. E-Sucupira: o coronelismo eletrônico com herança do coronelismo nas comunicações brasileiras. In: **E-COMPÓS – Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-graduação em Comunicação**. Vol. 7, 2006. Disponível em: <http://www.compos.org.br/seer/index.php/e-compos/article/view/104/103>

_____ ; STEVANIM, Luiz Felipe Ferreira. Porteira, radiodifusão, universidade etc... os negócios do coronelismo eletrônico em Minas Gerais. **Revista Brasileira de Políticas de Comunicação**. Nº 02, 2012. Disponível em: <http://rbpc.lapcom.unb.br/index.php/revista/article/view/24>.

THOMPSON, John B. **Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa**. 9ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.